



# NORTE 2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

## CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO  
URBANO:

**PI 4.5 (4e)** Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.

AVISO Nº NORTE-06-2020-13



CONTROLO DO DOCUMENTO

Versão	Data de aprovação	Data de publicação	Descrição
1	24/04/2020	26/04/2020	Versão inicial

## INDICE

1. Enquadramento e caracterização geral .....	5
2. Objetivos e prioridades de investimento visadas .....	6
3. Âmbito geográfico .....	7
4. Beneficiários elegíveis .....	7
4.1. Natureza dos beneficiários .....	7
4.2. Critérios de elegibilidade dos beneficiários .....	7
5. Tipologia de operações elegíveis .....	8
5.1. Tipologia de operações .....	8
5.2. Critérios de elegibilidade das operações .....	9
6. Indicadores de resultado e de realização a alcançar .....	9
7. Dotação financeira do Aviso .....	9
8. Condições de atribuição do financiamento às operações .....	10
8.1. Forma do apoio .....	10
8.2. Taxa máxima de cofinanciamento .....	10
8.3. Despesas elegíveis .....	10
9. Duração das operações .....	10
10. Operações geradoras de receitas .....	11
11. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações .....	11
12. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas .....	11
12.1. Formalização da candidatura .....	11
12.2. Prazo para apresentação de candidaturas/Fases do concurso .....	11
12.3. Documentos a apresentar .....	11
13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas .....	12
13.1. Critérios de seleção e metodologia de avaliação do mérito .....	12
13.1.1. Critérios de seleção .....	12
13.1.2. Metodologia de cálculo .....	12
13.1.3. Entidades responsáveis pela apreciação e pela decisão .....	13
13.2. Esclarecimentos complementares .....	13
13.3. Calendarização do processo de análise e decisão .....	13
14. Aceitação da decisão .....	14

15. Obrigações do beneficiário .....	14
16. Documentação de referência .....	14
16.1. Legislação.....	14
16.2. Orientações técnicas e/ou orientações de gestão .....	15
16.3. Outra documentação relevante .....	15
17. Esclarecimentos e pontos de contacto .....	15

## 1. Enquadramento e caracterização geral

<b>Eixo Prioritário</b>	5 - Sistema Urbano
<b>Objetivo Temático</b>	OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
<b>Prioridade de Investimento</b>	4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.
<b>Objetivos específicos</b>	5.1.1 - Promover uma mobilidade urbana ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de reforço das cidades enquanto espaços privilegiados de integração e articulação de políticas e âncoras de desenvolvimento regional
<b>Tipologia de Intervenção</b>	06. Mobilidade urbana sustentável
<b>Tipologia de Ações/Operações</b>	(i) o incremento dos modos suaves, através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas; (ii) o reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos coletivos de passageiros através da melhoria das soluções de bilhética integrada; (iii) a melhoria da rede de interfaces (envolvendo distintas categorias, como as sugeridas no Pacote da Mobilidade, por exemplo, pontos de chegada e correspondência ou pequenas e médias interfaces), tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, a acessibilidade aos peões e bicicletas, a organização funcional e a sua inserção no território urbano; (iv) a estruturação de corredores urbanos de procura elevada, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando corredores específicos “em sítio próprio” (corredores BUS convencionais ou os que permitam serviços de autocarro rápido - BRT - ou de veículos elétricos - LRT); (v) a adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real (vi) o apoio ao desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.
<b>Regulamento Específico</b>	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
<b>Domínios de intervenção</b>	43. Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante) 44. Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas informáticos de informação, monitorização e controlo) 90. Ciclovias e vias pedonais
<b>Indicadores de realização e de resultado</b>	. Indicadores de Realização - O.04.05.08.E - Corredores de elevada procura de transporte implementados - O.04.05.09.E - Interfaces multimodais apoiados - O.04.05.06.E - Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono . Indicadores de Resultado - R.04.05.04.P - Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) - Toneladas de CO2 equivalentes

Considerando que não foi ainda submetida a totalidade das candidaturas das ações previstas nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) aprovados, foi determinada a abertura de um novo Concurso para a apresentação de candidaturas de operações que integrem os quadros de compromisso dos PEDU da Região do Norte.

O artigo 16º das regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, aprovadas pelo Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro e pelo Decreto-Lei 127/2019 de 29 de agosto, estipula que as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal.

As operações a submeter ao concurso devem procurar promover a acessibilidade a pessoas com deficiência ou incapacidade em itinerários de turismo acessível para todos, quer no que concerne à acessibilidade física, quer comunicacional.

Assim, nos termos do referido artigo, foi elaborado o presente aviso de concurso para apresentação de candidaturas no âmbito da secção 9 – “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável” e da secção 18 – Reabilitação e qualidade do ambiente urbano do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RESEUR), aprovado pela Portaria nº 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterada pela Portaria nº 404-A/2015, de 18 de novembro e no âmbito do capítulo X – “Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais” do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (REISE), aprovado pela Portaria nº 97-A/2015, de 30 de março.

## **2. Objetivos e prioridades de investimento visadas**

O presente aviso de concurso diz respeito a candidaturas enquadradas na promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.

Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 5 – Sistema Urbano, estando associado ao objetivo temático 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores.

O POR define ainda que o objetivo específico desta prioridade de investimento é apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização em centros urbanos de nível superior.

Por sua vez, na secção 9 do RESEUR, o artigo 66º estabelece que os apoios têm como objetivo específico “o desenvolvimento de planos de mobilidade e intervenções na área da mobilidade sustentável, para a promoção da eficiência energética, tendo por objetivo a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e a promoção da competitividade dos transportes públicos face ao transporte individual”.

### **3. Âmbito geográfico**

Intervenções realizadas na Região do Norte (NUTS II - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), especificamente nas áreas de intervenção definidas nos PEDU e respetivos PAMUS.

### **4. Beneficiários elegíveis**

#### **4.1. Natureza dos beneficiários**

De acordo com o disposto no Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, em articulação com o Programa Operacional para a Região do Norte e com o previsto nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) podem apresentar candidatura, enquanto potenciais beneficiárias:

- a) Entidades públicas;
- b) As empresas e concessionárias de transportes públicos de passageiros;
- c) Outras pessoas coletivas de direito público e privado desde que envolvam a realização de parcerias entre agentes públicos e privados.

#### **4.2. Critérios de elegibilidade dos beneficiários**

4.2.1 Nos termos do Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos e do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, os beneficiários e co beneficiários identificados no número anterior devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) Estarem legalmente constituídos;
- (ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- (iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- (iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- (v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- (vi) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- (vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

4.2.2 O cumprimento das condições específicas suprarreferidas é apurado pela Autoridade de Gestão, tendo em conta a informação constante da candidatura à data da sua submissão.

4.2.3 O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão.

4.2.4 No caso de as candidaturas serem apresentadas em parceria, as condições em causa são aferidas por referência a cada um dos parceiros beneficiários que a compõem.

4.2.5 O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão, ainda que venham a ser apuradas relativamente a um ou a alguns dos beneficiários.

4.2.6 A Autoridade de Gestão poderá eventualmente aceitar excecionar da aplicação desta regra as situações em que o número de parceiros beneficiários elegíveis seja superior a metade do número total de parceiros beneficiários previstos na candidatura e esta configuração não coloque em causa os objetivos e a coerência da mesma.

## **5. Tipologia de operações elegíveis**

### **5.1. Tipologia de operações**

São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Aviso de Concurso, e desde que enquadradas no exercício de planeamento no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, nos termos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), as seguintes tipologias de operações:

- (i) o incremento dos modos suaves, através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;
- (ii) o reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos coletivos de passageiros através da melhoria das soluções de bilhética integrada;
- (iii) a melhoria da rede de interfaces (envolvendo distintas categorias, como as sugeridas no Pacote da Mobilidade, por exemplo, pontos de chegada e correspondência ou pequenas e médias interfaces), tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, a acessibilidade aos peões e bicicletas, a organização funcional e a sua inserção no território urbano;
- (iv) a estruturação de corredores urbanos de procura elevada, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando corredores específicos “em sítio próprio” (corredores BUS convencionais ou os que permitam serviços de autocarro rápido - BRT - ou de veículos elétricos - LRT);
- (v) a adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real
- (vi) o apoio ao desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.



## **5.2. Critérios de elegibilidade das operações**

5.2.1 As operações não podem estar materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura, nos termos do previsto no ponto 6 do artigo 65º do Regulamento (EU) N.º 1303/2013 de 17 de dezembro de 2013.

5.2.2 Devem ser respeitados os critérios de elegibilidade das operações, definidos no artigo 6º do RESEUR.

5.2.3 Grau de maturidade dos investimentos a candidatar, tendo por referência a componente principal do investimento:

- (i) No caso de infraestruturas, comprovado pela apresentação do projeto técnico de execução (arquitetura e especialidades) aprovado, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento concursal no prazo máximo de 60 dias úteis a contar da data de aprovação da candidatura;
- (ii) Nos restantes casos, pela apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento.

5.2.4 A operação deverá estar incluída no PEDU aprovado.

5.2.5 No caso de operações em co promoção, devem ainda ser verificados os seguintes critérios:

- (i) Envolver pelo menos dois beneficiários;
- (ii) Ser nomeado um beneficiário líder, ao qual compete assegurar a coordenação global da operação e a interlocução dos vários beneficiários junto das autoridades de gestão em tudo o que respeite à gestão técnica, administrativa e financeira da operação;
- (iii) Existir um acordo escrito entre as entidades envolvidas, explicitando o âmbito da cooperação, a identificação do beneficiário líder, a responsabilidade conjunta entre as partes, deveres e direitos das partes, e questões inerentes à propriedade final dos bens de equipamento adquiridos ou desenvolvidos no âmbito da execução da operação.

5.2.6 O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão, ainda que venha a ser apurado relativamente às intervenções de um ou de alguns dos beneficiários.

## **6. Indicadores de resultado e de realização a alcançar**

A entidade beneficiária deverá identificar na candidatura os indicadores de realização e de resultado a contratualizar, tal como identificados no ponto 1 supra, com a respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o ano alvo.

## **7. Dotação financeira do Aviso**

7.1 A dotação indicativa de FEDER é de 11.664.566€ (onze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis euros).

7.2 A dotação a concurso por município é a que resulta do quadro de compromissos do respetivo PEDU deduzida do FEDER alocado às operações já aprovadas.

7.3 O somatório do financiamento já comprometido e do financiamento a comprometer futuramente, incluindo o relativo a operações já submetidas e em análise ao abrigo de anteriores avisos para as tipologias indicadas no ponto 5, não poderá exceder o montante indicado como dotação contratualizada no âmbito do PEDU de cada um dos Municípios.

7.4 As candidaturas poderão ser aprovadas e outorgado o respetivo termo de aceitação até ao limite da dotação contratada para a Prioridade de Investimento 4.5, deduzida do FEDER alocado às operações já aprovadas.

## **8. Condições de atribuição do financiamento às operações**

### **8.1. Forma do apoio**

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso assumem a natureza de subvenções não reembolsáveis, de acordo com o artigo 68º do RESEUR.

### **8.2. Taxa máxima de cofinanciamento**

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 8º do Regulamento Específico “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos”, salvo se outra resultar da aplicação das normas em vigor em matéria de auxílios de Estado e/ou de operações geradoras de receitas.

### **8.3. Despesas elegíveis**

8.3.1 As definidas no artigo 7º do RESEUR;

8.3.2 As definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual;

8.3.3 No caso de projetos geradores de receita, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

## **9. Duração das operações**

O prazo máximo de execução das operações é de 2 anos (24 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação. Excetuam-se do cumprimento deste prazo as situações que possuam outro prazo de execução no PEDU, identificado no respetivo quadro de compromissos.

## **10. Operações geradoras de receitas**

As operações deverão respeitar a legislação comunitária e nacional aplicável em matéria de operações geradoras de receitas, designadamente, as disposições previstas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (art.º 61.º e n.º 8 do art.º 65.º) e do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro (art.º 19.º), na sua redação atual, bem como as orientações técnicas/de gestão adotadas pela Autoridade de Gestão.

## **11. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações**

Os beneficiários de candidaturas que venham a ser aprovadas pelo NORTE 2020 comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade, resultantes das disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis, bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão em vigor à data da sua aprovação (<http://norte2020.pt/publicidade>).

## **12. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas**

### **12.1. Formalização da candidatura**

As candidaturas são apresentadas à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 através do Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual e nos termos e condições fixadas no presente Aviso.

Para o efeito, o beneficiário, bem como os cobeneficiários, quando aplicável, deverão obter a credenciação prévia necessária à utilização do Balcão 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao Aviso de Concurso a que pretende concorrer, devendo para o efeito tomar em atenção a respetiva sigla de identificação. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020.

### **12.2. Prazo para apresentação de candidaturas/Fases do concurso**

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 17.59.59 horas do dia 30/06/2020.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

### **12.3. Documentos a apresentar**

A candidatura deverá ser instruída com todos os documentos identificados no Anexo II a este Aviso.

Os documentos exigidos devem ser submetidos como anexo ao formulário de candidatura, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais.

Alertamos que a designação dos ficheiros a anexar e a sua dimensão devem respeitar as condições definidas no Guião de Preenchimento disponibilizado no Balcão 2020.

A candidatura deve ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

Complementarmente, a candidatura deverá apresentar documentação que vá no sentido de comprovar o contributo da operação para os desígnios do PAEC - Plano de Ação para a Economia Circular, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro. Esta condição não releva para o mérito ou admissibilidade das operações.

### 13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

#### 13.1. Critérios de seleção e metodologia de avaliação do mérito

##### 13.1.1. Critérios de seleção

As candidaturas serão apreciadas e hierarquizadas pela Autoridade de Gestão em função dos seguintes critérios de seleção, os quais serão aferidos à luz dos parâmetros identificados no Anexo I-A que faz parte integrante do presente Aviso:

- A. Eficiência e Sustentabilidade
- B. Eficácia
- C. Abordagem Integrada

##### 13.1.2. Metodologia de cálculo

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, definido com base em critérios de seleção, de acordo com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual e com o artigo 9º do RESEUR.

O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção, previamente aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POR e detalhados no Anexo B.

O MP é calculado com base nas seguintes fórmulas associadas a cada uma das tipologias:

Tipologia de operação	Mérito do projeto
Construção de ciclovias ou vias pedonais	$MO = 0,20 A1 + 0,20 B1 + 0,10 B2 + 0,10 B3 + 0,20 B6 + 0,20 C1$
Aplicações de sistemas de transportes inteligentes	$MO = 0,20 A1 + 0,20 B1 + 0,10 B2 + 0,10 B3 + 0,20 B5 + 0,20 C1$
Transportes Públicos de Passageiros	$MO = 0,20 A1 + 0,20 B1 + 0,10 B2 + 0,10 B3 + 0,20 B4 + 0,20 C1$

Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 3 uma valoração média e 2 uma valoração reduzida.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1, correspondente a uma valoração muito reduzida

A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis, as candidaturas que obtenham uma pontuação de mérito absoluto igual ou superior a 3, até ao limite orçamental definido no ponto 7 deste aviso.

### **13.1.3. Entidades responsáveis pela apreciação e pela decisão**

A apreciação e a decisão das candidaturas competem à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou para a emissão de pareceres técnicos especializados.

Cabe à Autoridade de Gestão do NORTE 2020, sob proposta das Autoridades Urbanas, a tomada de decisão sobre a candidatura.

### **13.2. Esclarecimentos complementares**

A Autoridade de Gestão pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, o que só pode ocorrer uma vez, ou quando sejam solicitados pareceres a peritos externos independentes da Autoridade de Gestão. Os elementos em causa devem ser apresentados pelo beneficiário de uma só vez, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Eventuais elementos adicionais que o beneficiário entenda remeter apenas poderão ser aceites, desde que dentro do prazo supra referido.

Se, findo este prazo, o beneficiário não prestar os esclarecimentos ou não apresentar os elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e a informação disponíveis.

A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para a análise e a comunicação da decisão respetiva. Nesta situação, o prazo para a tomada de decisão é contado a partir da data em que se encontre completa a instrução correspondente de todas as candidaturas de cada uma das fases de apuramento de candidaturas.

A Avaliação do Mérito será efetuada tendo em conta exclusivamente os elementos apresentados no momento de submissão da candidatura, pelo que aquela análise não será protelada pelo facto de terem sido detetadas insuficiências na informação apresentada pelo promotor, nem os elementos que possam eventualmente vir a ser apresentados em sede de resposta ao pedido de elementos adicionais/complementares poderão ser considerados para efeitos da Avaliação de Mérito.

### **13.3. Calendarização do processo de análise e decisão**

13.3.1 A apresentação de candidaturas será efetuada até 30 de junho de 2020.

13.3.2 A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão até 60 dias úteis após a data de corte respetiva.

Finda a análise das candidaturas, a Autoridade de Gestão notifica as entidades dos resultados e da proposta de decisão que recai sobre a candidatura, procedendo à audiência prévia dos interessados.

A proposta de decisão e a decisão final sobre a candidatura fica igualmente registada no sistema de informação, sendo passível de consulta pelos beneficiários na sua “Conta Corrente”.

13.3.3 Após a decisão final de aprovação, o promotor dispõe de 60 dias úteis para remeter à Autoridade de Gestão documento comprovativo do lançamento do procedimento concursal da operação objeto do cofinanciamento, demonstrando o cumprimento da condição de elegibilidade referida na alínea (i) do ponto 5.2.3 do presente aviso. O incumprimento daquela condição implica a anulação da decisão de cofinanciamento da operação.

13.3.4 Uma vez concluída a análise e emitida decisão final sobre as candidaturas do Aviso, a Autoridade de Gestão procederá à divulgação pública anual dos projetos aprovados no site do NORTE 2020 e, com a periodicidade legalmente prevista, nos meios de comunicação social.

#### **14. Aceitação da decisão**

A aceitação da decisão de concessão do apoio é feita mediante a assinatura, pelo beneficiário, de um termo de aceitação, o qual é submetido eletronicamente e autenticado nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

#### **15. Obrigações do beneficiário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação europeia ou nacional ou na regulamentação específica aplicáveis, os beneficiários ficam obrigados, quando aplicável, a cumprir o previsto no n.º 1 do art.º 24º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

#### **16. Documentação de referência**

##### **16.1. Legislação**

- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro e pelo Decreto-Lei 127/2019 de 29 de agosto.
- Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.º 404-A/2015 de 18 de novembro, n.º 238/2016, de 31 de agosto, n.º 124/2017, de 27 de março, n.º 260/2017, de 23 de agosto, n.º 325/2017, de 27 de outubro e n.º 332/2018, de 24 de dezembro.
- Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março e n.º 66/2019, de 20 de fevereiro.
- DL 163/2006, de 8 de agosto.
- DL 95/2019, de 18 de julho.
- Portaria nº 301/2019, de 12 de setembro.

### 16.2. Orientações técnicas e/ou orientações de gestão

- NORMA DE GESTAO N.º 2/NORTE2020/2015 - Cumprimento das regras associadas a contratação pública - Operações públicas;
- NORMA DE GESTAO N.º 1/NORTE2020/2015 - Regras de elegibilidade de despesas – Operações públicas | FEDER

### 16.3. Outra documentação relevante

- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS);
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) aprovado.

### 17. Esclarecimentos e pontos de contacto

Pedidos de informação ou de esclarecimento podem ser obtidos:

. No Portal Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>):

- a) Informações de enquadramento geral (legislação vária);
- b) Aviso e documentação anexa;
- c) FAQ;
- d) Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas relativas ao Balcão 2020, da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ex.: registo de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de registo e submissão das candidaturas), através do menu “Contacte-nos”.

. No *site* do NORTE 2020 (<http://www.norte2020.pt/>) - Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas: Informações sobre o Aviso e regras aplicáveis, através do menu “Sugestões e Dúvidas” (email [norte2020@ccdr-n.pt](mailto:norte2020@ccdr-n.pt)).

Porto, 24 de abril de 2020

O Presidente da Comissão Diretiva do NORTE 2020,

Fernando Freire de Sousa

**ANEXOS:**

ANEXO I-A – PI 4.5 - Critérios de seleção e metodologia de avaliação

ANEXO II – Documentos a incluir na candidatura

ANEXO III – Minuta de declaração de compromisso

ANEXO IV – Modelo Orçamento Global

ANEXO V - Minuta de declaração de compromisso TOC/ROC

ANEXO VI – Ficha de Verificação das Regras Ambientais

ANEXO VII – Ficha de Verificação das condições de Igualdade de Oportunidades